



5.ª Comissão Permanente

Comissão de Descentralização e Obras Municipais

Aprovado!
M. Oliveira

Parecer

Relativo à Proposta n.º 684/2014 – “Aprovar e submeter à Assembleia Municipal a Celebração de Contrato de Delegação de Competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia dos Olivais, e aprovar a respectiva minuta de contrato”

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____ / _____
ENT 3783/SG/DAOSM/GAAM/_____
DATA 05 / 12 / 14
Luís Figueiredo



1. NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 684/2014¹, subscrita pelo Vereador com os Pelouros da Higiene Urbana e das Estruturas de Proximidade, Duarte Cordeiro², submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa [AML], para efeitos de autorização³, a celebração de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia dos Olivais – bem como a aprovação da respectiva minuta –, tendo em vista a realização dos seguintes trabalhos:

- i) Renovação do arvoredo e pavimento da Quinta do Morgado;
- ii) Promoção de uma zona de estacionamento nos Olivais-Velho;
- iii) Integração de estacionamento na Rua Cidade da Beira e Praça de Chindre;
- iv) Melhoramento de acessibilidades e estacionamento nos Olivais;
- v) Requalificação do espaço público da Quinta do Morgado.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta, para a 5.ª Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017⁴.

2. CONSIDERANDOS

De acordo com o ponto D dos Considerandos da Proposta em análise, a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a Junta de Freguesia dos Olivais procederam a uma reavaliação das receitas e custos associados às competências transferidas por força da Lei n.º 56/2012, de 8 de Novembro, tendo resultado um *superavit* de € 425.000,00 a favor da Freguesia dos Olivais (cfr. Anexo L referente aos “Valores Financeiros Associados” que integra o Auto de Efectivação da Transferência de Competência n.º 1/JFO/2014, celebrado entre o Município e aquela Freguesia).

¹ Doravante designada apenas por Proposta.

² A Proposta foi aprovada por unanimidade na reunião da Câmara Municipal realizada no dia 12 de Novembro de 2014.

³ Nos termos e ao abrigo do preceituado na alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

⁴ Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.



Por esta razão, as referidas autarquias locais comprometeram-se a identificar mecanismos de ajustamento para o ano em curso, estabelecendo a possibilidade de assunção de novas delegações de competências em áreas consideradas de interesse mútuo.

Nesse âmbito, a CML e a Junta de Freguesia dos Olivais consideram de interesse público mútuo e prioritário a manutenção e a execução das acções/trabalhos acima explicitados.

Ora, os actos/operações materiais *supra* elencados traduzem-se no exercício de competência da CML cuja delegação na Freguesia dos Olivais se pretende agora contratualizar por via do contrato interadministrativo de delegação de competências ora proposto, o qual habilitará a Junta de Freguesia dos Olivais a promover a execução dos trabalhos em causa.

Nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 115.º, *ex vi* do artigo 122.º, ambos do regime jurídico da delegação de competências dos Municípios nas Freguesias, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Novembro, tal contrato deve prever os recursos patrimoniais e financeiros necessários ao exercício das competências delegadas (*vide* Cláusula 6.ª do contrato vertente).

De acordo com o estipulado na Cláusula 5.ª da minuta de contrato, os recursos financeiros necessários ao exercício das competências delegadas consistem no seguinte:

- i) Para a Renovação do arvoredo e pavimento da Quinta do Morgado: utilização do *superavit* acima explicitado até à quantia de € 90.157,68;
- ii) Promoção de uma zona de estacionamento nos Olivais-Velho: utilização do *superavit* até ao montante de € 46.072,64;
- iii) Para a Integração de estacionamento na Rua Cidade da Beira e Praça de Chindre: utilização do *superavit* até € 60.000,00;
- iv) Para o Melhoramento de acessibilidades e estacionamento nos Olivais: utilização do *superavit* até ao montante de € 73.508,00;
- v) Para a Requalificação do espaço público da Quinta do Morgado: utilização do *superavit* até ao montante de € 32.868,00.



Da celebração do contrato em análise, resulta ainda que:

- i)* A Junta de Freguesia dos Olivais procederá à execução dos trabalhos já identificados nas condições que lhe sejam indicadas pela CML em desenvolvimento do contrato;
- ii)* A Junta de Freguesia dos Olivais obriga-se a apresentar relatórios de execução dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do contrato;
- iii)* A Junta de Freguesia dos Olivais promoverá os procedimentos pré-contratuais conducentes à execução dos trabalhos em causa, prestando a CML todo o apoio técnico para este efeito e comprometendo-se a elaborar e entregar os projectos de execução e os cadernos de encargos necessários.

Por fim, refira-se que o período de vigência do aludido contrato coincidirá com a duração do mandato autárquico e a sua produção de efeitos iniciar-se-á no dia da sua outorga.

3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 5.^a Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

4. CONCLUSÕES

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *k)* do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e da alínea *l)* do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da AML para o mandato 2013-2017, compete à AML autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a CML e as Juntas de Freguesia.

Analizada a Proposta, bem como os documentos que a acompanham, a 5.^a Comissão Permanente – Comissão de Descentralização e Obras Municipais emite parecer favorável,



devendo, no entanto, os relatórios de execução dos trabalhos previstos no contrato de delegação de competências ser enviados pela CML à AML, no quadro das suas competências de acompanhamento e fiscalização.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da AML ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer.

Pelo exposto, infere-se que a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da AML.

5. ANEXOS


O Deputado Municipal Relator considerou desnecessária a junção ao presente parecer de quaisquer elementos documentais, nem tal foi solicitado pelos demais Deputados e Grupos Municipais.

Lisboa, 3 de Dezembro de 2014.

O Presidente da 5.ª Comissão,


Miguel Coelho

O Deputado Relator,


Miguel Teixeira